

política

RS registra superávit no primeiro quadrimestre

Resultado orçamentário de 2026 é positivo em R\$ 5,5 bilhões e impulsionado por fatores extraordinários

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

As contas do Rio Grande do Sul fecharam o primeiro quadrimestre de 2026 - de janeiro a abril - no azul, com resultado orçamentário positivo em R\$ 5,5 bilhões, obtido a partir de receitas de R\$ 24,98 bilhões e despesas de R\$ 19,56 bilhões. O registro ocorre após cinco exercícios anuais seguidos de superávits no Estado.

O resultado orçamentário de janeiro a abril deste ano é superior aos do mesmo período em anos anteriores - todos superavitários, como 2025 (R\$ 4,8 bilhões), 2024 (R\$ 3,7 bilhões), 2023 (R\$ 1,9 bilhões) e 2022 (R\$ 4,3 bilhões).

Os números do primeiro quadrimestre deste ano foram anunciados nesta segunda-feira (1º) pelo secretário-adjunto da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Itanielson Dantas Cruz, e pelo contador e auditor-geral adjunto da pasta, Felipe Bit-

tencourt, durante apresentação do Relatório de Transparência Fiscal. Na ocasião, eles alertaram que o registro positivo de R\$ 5,5 bilhões se deve por conta de diversas questões extraordinárias às quais o Estado está submetido.

Entre os principais pontos para o superávit superior ao estimado estão a suspensão dos pagamentos da parcela da dívida do Estado com a União - atualmente em R\$ 108,65 bilhões - até maio de 2027, em razão medida tomada após as cheias históricas de 2024, e pelos outros passivos que foram assumidos pelo ente federal a partir da adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Além disso, receitas extraordinárias de empréstimos com instituições internacionais e de programas de renegociação de dívidas de ICMS, como Acordo Gaúcho e Refaz, impulsionaram o resultado.

Os representantes da Fazenda apontam que, desconsiderando estes fatores extraordinários, o superávit seria de R\$ 1,1 bilhão.

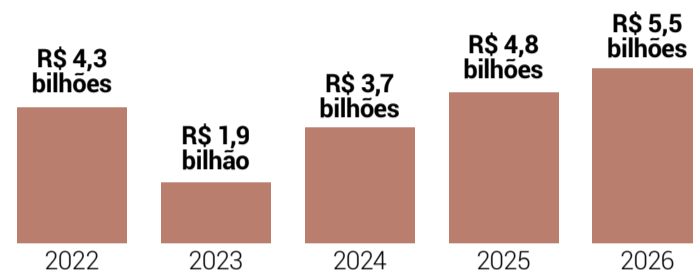
Já o resultado primário foi superavitário em R\$ 400 milhões, registro muito inferior ao orçamentário. Os motivos para este registro abaixo também estão na suspensão de despesas com pagamentos de passivos do Estado, seja com a União ou assumidos pelo ente federal no ingresso ao RRF, tendo em vista que a diferença entre resultado orçamentário e primário é que neste segundo se desconsideram operações financeiras, como é o caso do abatimento de dívidas.

Os resultados dos primeiros quadrimestres tendem a ser mais positivos em relação aos dos registros finais de cada exercício. Em 2025, por exemplo, o Estado computou superávit de R\$ 4,8 bilhões entre janeiro e abril, enquanto ao final do ano as contas fecharam no azul, mas em R\$ 2,7 bilhões.

“Ao longo do ano é normal que a gente tenha um crescimento mais acelerado da despesa, porque vai chegando o final do ano e vão se executando mais despesas do que estavam planejadas. Este resultado

Resultados orçamentários do RS nos primeiros quadrimestres dos últimos cinco anos

FONTE: RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL, ELABORADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO RS



tende a diminuir ao longo do ano, e é assim no Rio Grande do Sul e é assim em qualquer outro ente da Federação”, explicou o secretário-adjunto da Fazenda.

Os representantes da Sefaz também comentaram a previsão de déficit primário de R\$ 4,8 bilhões e orçamentário de R\$ 4 bilhões firmada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027, atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa. Conforme eles, estas projeções devem seguir até, pelo menos, 2029, mas “o caixa que o Estado acumulou nos últimos anos vai dar conta” dos déficits.

“No período de 2027 a 2029, estão previstos resultados primários e orçamentários negativos. E aqui são fruto de diversas situações, a exemplo da adesão ao Propag (novo programa de renegociação da dívida com a União, que substituirá o RRF), que vai exigir novos investimentos do Estado, principalmente educação, e vai exigir aportes ao Fundo de Equalização Federativa (FEF), e também tem aqui uma despesa maior em educação e saúde, por conta dos acordos firmados no âmbito o Ministério Público”, disse Bittencourt.

Os acordos com o Ministério Público citados pelo contador são de postergação do cumprimento dos mínimos constitucionais de

Principais registros fiscais do primeiro quadrimestre de 2026 no RS

- Resultado orçamentário: **+ R\$ 5,5 bilhões**
- Resultado orçamentário ajustado (desconsiderando fatores extraordinários): **+ R\$ 1,1 bilhão**
- Resultado primário: **+ R\$ 400 milhões**
- Receita Corrente Líquida (RCL, acumulado dos últimos 12 meses até abril): **R\$ 65,7 bilhões**
- Receita Total Efetiva: **R\$ 24,98 bilhões**
- Despesa Total Efetiva: **R\$ 19,56 bilhões**
- Arrecadação de ICMS: **R\$ 18 bilhões**
- Dívida com a União: **R\$ 108,65 bilhões**
- Dívida com precatórios: **R\$ 15,93 bilhões**

12% da receita estadual para a saúde e 15% para educação, em que a cada exercício o Estado terá de aumentar o percentual das receitas até que se alcance a proporção estabelecida pela Constituição Federal.



Técnicos da Secretaria da Fazenda apresentaram Relatório de Transparência Fiscal dos quatro primeiros meses

Legislativo da Capital instala Comissão de Ética que avaliará denúncia contra vereador

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

A Câmara Municipal de Porto Alegre instalou nesta segunda-feira a Comissão de Ética da Sessão Legislativa de 2026. Os integrantes devem avaliar a ação da vereadora Juliana de Souza (PT) contra Mauro Pinheiro (PP), no entanto, ainda não há defini-

ção de como irá acontecer a análise do caso.

A denúncia foi realizada após Pinheiro retirar o microfone das mãos da parlamentar e interromper seu pronunciamento durante o último dia de votação da Lei de Uso e Ocupação do Solo. A ação de Juliana de Souza sugere a cassação do mandato do vereador.

Os líderes das bancadas da Câmara indicaram doze integrantes para constituir a Co-

missão de Ética Parlamentar em 2026. O vereador Marcelo Bernardi (PSDB) presidirá a Comissão e a função de corregedor será ocupada pelo vereador Hamilton Sossmeier (Pode). Já o vereador Aldacir Oliboni (PT) deverá ser o indicado para ocupar a vice-presidência, como ele não estava na reunião desta segunda-feira, seu nome será confirmado em nova reunião, na próxima segunda-feira.

Os 12 membros da Comissão de Ética Parlamentar em 2026 são:

Aldacir Oliboni (PT), Carlo Carotenuto (Republicanos), Coronel Ustra (PL), Erick Dênil (PCdoB), Hamilton Sossmeier (PODE), Marcelo Bernardi (PSDB), Marcos Felipi (PP), Mariana Lescano (PP), Natasha Ferreira (PT), Pedro Ruas (PSOL), Psicóloga Tanise Sabino (MDB) e Ramiro Rosário (NOVO).

O que é a Comissão de Ética?

O Código de Ética Parlamentar atribui à Comissão o recebimento de denúncias sobre a conduta dos parlamentares, a análise e a aplicação de sanções. Os vereadores indicados têm mandato no colegiado até 31 de dezembro de 2026, quando termina a sessão legislativa.